



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação - FE
Graduação em Pedagogia

LUANA BRITO DE SOUZA

LEITURA: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Brasília - DF
2023

LUANA BRITO DE SOUZA

LEITURA: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte integrante dos requisitos para conclusão da disciplina Projeto 5 e obtenção do título de Pedagogo.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Cristina M. Madeira Coelho

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os educadores que dedicam suas vidas ao sonho de uma educação emancipadora. Que suas paixões e esforços inspirem gerações futuras, conduzindo o caminho para um futuro onde o conhecimento seja uma ferramenta poderosa para a liberdade e o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este desafio acadêmico, não posso deixar de expressar a profunda gratidão que sinto por cada um que esteve ao meu lado ao longo dessa jornada. Este trabalho representa não apenas o resultado dos meus esforços individuais, mas também a incrível rede de apoio que tenho ao meu redor.

À minha família, que sempre foi o alicerce dos meus sonhos, agradeço por serem os pilares que sustentam cada conquista minha. Suas palavras encorajadoras, paciência e apoio constante foram a inspiração que impulsionou este projeto e todos os outros desafios que enfrentei.

Aos meus amigos, verdadeiros cúmplices nessa jornada, agradeço por compartilharem comigo dias e noites de estudo, momentos de alegria e os obstáculos superados. A presença e compreensão deles transformaram os dias difíceis em experiências mais leves, e cada pequena vitória ganhou significado especial ao ser compartilhada com vocês.

Este trabalho não é apenas meu; é um reflexo do amor, confiança e amizade que permeiam a minha vida. Cada um de vocês contribuiu para o meu crescimento pessoal e acadêmico, e por isso, meu coração transborda de gratidão.

Agradeço à universidade por proporcionar um ambiente que vai além das salas de aula, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e o desenvolvimento pessoal. Levo comigo não apenas o diploma, mas memórias valiosas e lições que moldarão o meu futuro. À UnB, meu profundo agradecimento por ser o cenário onde floresci como estudante e indivíduo.

“Ler o mundo é, antes de tudo, ler-se no mundo. A leitura do mundo antecipa a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.”

Paulo Freire

RESUMO

Este artigo discute diferentes concepções de leitura, destacando a importância de ampliar a visão tradicional que a associa à simples decifração de textos. Desse modo, estabelece a relação da leitura com o processo de aprendizagem, que desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e na formação de crianças. Portanto, discute, no contexto brasileiro, a valorização da leitura e a sua importância como prática social que permite a produção de sentidos e percepções, estando relacionada à linguagem, à cultura e ao desenvolvimento crítico. Aborda, por fim, a falta de prioridade e seriedade do Estado em relação à educação e às políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil.

Palavras-chave: Leitura; aprendizagem; formação crítica; políticas.

ABSTRACT

The article discusses different conceptions of reading, highlighting the importance of expanding the traditional view that associates it only with decoding texts. It establishes the relationship between reading and the learning process, which plays a fundamental role in knowledge construction and children's development. It discusses, in the Brazilian context, the value of reading and its significance as a social practice that allows for the production of meaning and perceptions, being connected to language, culture, and critical development. Finally, it addresses the lack of priority and seriousness by the State regarding education and public policies to promote reading in Brazil.

Keywords: Reading; learning; critical education; policies.

MEMORIAL

Me chamo Luana Brito de Souza, tenho 23 anos e atualmente estou cursando Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB). Neste relato, compartilho um pouco das memórias que vivi e da minha jornada como acadêmica. Desde o início da minha trajetória acadêmica, o apoio incondicional da minha família foi fundamental para o meu sucesso profissional.

O início da minha trajetória como estudante começou cedo; logo quando bebê, minha mãe percebeu a necessidade de me colocar na creche para que eu ficasse durante o tempo em que ela trabalhasse. Ali começou a minha jornada na vida estudantil. Envoltura de muito amor e carinho, aos 2 anos já estava ingressando em uma escola que oferecia educação infantil e ensino fundamental I e II, chamada Escola Shekannah, a mesma escola na qual minha irmã estudava. Pouco me recordo da etapa de educação infantil, mas as lembranças que tenho são guardadas com carinho. Essas memórias, como brincadeiras, amizades feitas, o carinho dos professores e as pequenas recordações, me fazem sentir apreço por essa parte da minha vida.

Apesar das limitações socioeconômicas dos meus pais, eles sempre se esforçaram para proporcionar uma educação privada para mim e minha irmã. Meu pai defendia a ideia de que na escola privada eu teria um melhor ensino e estabeleceria melhores relações, enquanto a minha mãe, pedagoga, sempre foi defensora da escola pública. Essas decisões refletiam não apenas meus interesses, mas também a pressão para buscar oportunidades que representassem uma ascensão social.

No ensino médio, a mudança para uma escola particular trouxe desafios, incluindo discriminação socioeconômica. No entanto, também proporcionou conquistas, como a vitória em um concurso de redação. Posteriormente, ingressei em outro colégio particular que me preparou para vestibulares e exames nacionais.

Aos 18 anos, sentindo a pressão sobre o futuro, optei por cursar um preparatório para vestibular na UnB. Essa decisão envolvia deslocamentos diários para Brasília, onde cursava o ensino médio e frequentava o cursinho. Após ser aprovada no Programa de

Avaliação Seriada, realizei o sonho de entrar na Universidade de Brasília, iniciando o curso de Pedagogia no segundo semestre de 2018.

O início na UnB trouxe desafios, mas também apresentou um mundo novo, repleto de pessoas incríveis e experiências enriquecedoras. O meu amor pela pedagogia cresceu, especialmente nas disciplinas relacionadas ao desenvolvimento humano. Às vésperas de concluir o curso, planejo aprofundar-me em temas específicos, estudar, pesquisar e traçar novos projetos para a próxima etapa da minha formação.

Minha jornada acadêmica foi marcada pela busca de oportunidades para ascensão social, sendo a transição entre escolas privadas e públicas um divisor de águas nesse percurso. A escolha de cursar Pedagogia na UnB não apenas refletiu meus interesses, mas também carregou consigo a esperança de utilizar a educação como um meio de progresso pessoal e social, alinhando-me aos recursos disponíveis e às perspectivas de crescimento.

INTRODUÇÃO

Diversos autores reconhecem a leitura pelo seu caráter decifratório de símbolos, no entanto, ela é pouco conhecida em seu amplo sentido. Esse artigo, portanto, foi elaborado com o intuito de apresentar as suas diversas significações, embasadas em diferentes perspectivas. Desse modo, a leitura é objeto a ser analisado em suas respectivas particularidades, a fim de estabelecer uma profunda reflexão acerca do seu potencial libertador, tratando do acesso a diferentes perspectivas, do desenvolvimento do pensamento crítico, do autoconhecimento e da expansão da imaginação. Ao longo deste artigo, as perspectivas apresentadas encontram-se alicerçadas em concepções de autores que contribuem com suas obras para a análise e reflexão da leitura como instrumento nos processos inerentes ao indivíduo.

Inicialmente, serão apresentadas concepções da leitura sob a ótica de Martins (2007), a fim de introduzir o estudo a partir da pergunta “O que é a leitura?”, para que ao longo da análise seja possível compreender as perspectivas sobre a leitura e a visão tradicional associada a ela.

Ao abordar a leitura como elemento central para o desenvolvimento e a aprendizagem, serão analisadas diferentes perspectivas acerca da leitura no processo ensino-aprendizagem. Vygotsky (2009), psicólogo e teórico reconhecido pelas suas contribuições no campo da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Educacional, destacou a importância das relações na apropriação e aprendizagem de novas competências e defendeu o que chamou de internalização das práticas sociais, atribuindo o desenvolvimento da criança à apropriação da cultura a partir da construção coletiva de conhecimentos, além de destacar a importância da imaginação e da criatividade na infância como forma de ampliar o repertório cognitivo. Isso evidencia o papel fundamental da leitura na construção do conhecimento e no desenvolvimento das habilidades cognitivas, internalizadas através da relação significados-informações-conceitos e promovendo o desenvolvimento da linguagem e do pensamento abstrato. Essa perspectiva será apresentada de forma reflexiva, possibilitando a compreensão das práticas de leitura para além da decifração de códigos.

Ademais, será apresentada uma reflexão acerca da leitura como agente fundamental para a formação crítico-social do indivíduo, a partir da pesquisa bibliográfica feita sobre as perspectivas da leitura dos autores Kleiman (2002), Teixeira (1947), Zilberman (1991), Freire (1989) e Martins (2007). Essas perspectivas apresentadas serão relevantes para que seja possível compreender a leitura para além do processo de alfabetização e como elemento coadjuvante no processo de formação de indivíduos críticos e indispensável para o exercício da cidadania. Para Martins (2007), a aprendizagem da leitura está profundamente ligada ao processo de formação geral do indivíduo e à convivência em sociedade, à atuação política, econômica e cultural, bem como ao estabelecimento de relações sociais, pois, ao passo que se estabelece a compreensão de outras vozes na sociedade, o indivíduo adquire consciência das diversas narrativas sociais e de seu próprio papel como cidadão.

Ao final do artigo, serão objetos de análise o Plano Nacional do Livro e Leitura, bem como a sua descontinuidade e as consequências das decisões oriundas dos governos desde a sua instituição, assim como a participação da sociedade nessa tomada de decisões. Consistirá, portanto, em um retrato da herança do analfabetismo e da constante manutenção de um sistema educacional excludente.

Dessa forma, a partir da reflexão realizada, serão repensadas as práticas de leitura, levando em consideração as perspectivas de desenvolvimento apresentadas e o atual cenário em que se encontra a prática da leitura no Brasil.

1. O QUE É A LEITURA?

Entende-se por leitura, de acordo com o senso comum, o processo cognitivo capaz de decifrar escritos e, logo, compreendê-los; ou o instrumento utilizado exclusivamente para o letramento, o aprender a ler e escrever. Suas outras diversas concepções são, entretanto, amplamente banalizadas. A leitura não deixa de estar relacionada à decifração da escrita e sua aprendizagem, no entanto, está ligada ao processo de formação do indivíduo como um todo, para o convívio e a atuação social, política e econômica, como argumentou Martins (2007, p. 22).

A autora abordou a problemática relacionada à leitura considerando que sua prática está limitada, na maioria das vezes, a fins eminentemente pragmáticos. Dessa forma, ela defendeu que a ampliação da noção de leitura pressupõe transformações na visão de mundo em geral e de cultura em particular, isso porque o conceito de cultura é constantemente relacionado e limitado à produção escrita, surgindo a necessidade de compreender a questão da leitura e da cultura para além dos limites que as instituições impuseram. Segundo a autora, é preciso considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando o meio de linguagem, sejam visuais, orais, musicais, corporais etc.

Assim, as concepções de leitura, para Martins, podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- 1) como uma decodificação mecânica de signos linguísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-resposta (perspectiva behaviorista-skinneriana)
- 2) como um processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos (perspectiva cognitivo-sociológica). (MARTINS, 2007, p. 33).

Além do exposto, a autora caracterizou a leitura em diferentes níveis no processo de desenvolvimento e buscou conceituá-los. A começar pelo nível de leitura sensorial, que se caracteriza principalmente por referenciais, como visão, tato, audição, olfato e paladar. Para a autora, essas competências marcam a descoberta do universo adulto e são necessárias para a “sobrevivência”. Esse nível de leitura possibilita o leitor conhecer o que ele gosta ou não, inconscientemente e sem a necessidade de racionalizações, segundo Martins:

Na criança essa leitura através dos sentidos revela um prazer singular, relacionado com a sua disponibilidade (maior que a do adulto) e curiosidade (mais espontaneamente expressa). O livro, esse objeto inerte, contendo estranhos sinais, quem sabe imagens coloridas, atrai pelo formato e pela facilidade de manuseio; pela possibilidade de abri-lo, decifrar seu mistério e ele revelar [...] uma história de encantamento, de imprevistos, de alegrias e apreensões. (MARTINS, 2007, p. 43).

Por outro lado, encontra-se o que a autora chamou de leitura emocional, caracterizada pelo despertar da curiosidade, pelo estímulo à fantasia, pelas descobertas e lembranças, capaz também de despertar sentimentos, seja de alegria ou tristeza. Esse nível de leitura lida com os sentimentos e é, talvez, o tipo de leitura mais prazeroso e mais comum para quem diz gostar de ler. Martins (2007) revelou que, na leitura emocional, torna-se claro o sentimento de empatia, ou seja, a tendência de se colocar na situação e nas circunstâncias apresentadas pelo outro:

Caracteriza-se, pois um processo de participação afetiva numa realidade alheia, fora de nós. Implica necessariamente disponibilidade, ou seja, predisposição para aceitar o que vem do mundo exterior, mesmo se depois venhamos a rechaçá-lo. (MARTINS, 2007, p. 52).

Pontua-se que, nessa perspectiva, a importância da leitura emocional não reside apenas no âmbito individual, mas também nas relações sociais, e fica clara a necessidade de atribuir mais atenção a ela, considerando que o inconsciente individual e o universo social conduzem os seus passos. Tudo que se lê é fruto de uma visão de mundo, de um sistema de ideias e técnicas de produção, que, de acordo com a autora, a depender da intencionalidade da leitura e da situação vivida pelo leitor, ocorre o despertar de lembranças, desejos, alegrias ou tristezas.

Por fim, o nível de leitura racional possui caráter eminentemente reflexivo e dinâmico. Ao ler, o leitor sai de si, em busca da realidade do texto lido, e a sua percepção gera a reflexão da sua experiência pessoal e da própria história do texto, estabelecendo, desse modo, um diálogo entre escritor e leitor, junto ao contexto em que se encontra. Para a autora, “a leitura racional acrescenta à sensorial e à emocional o fato de estabelecer uma ponte entre o leitor e o conhecimento, a reflexão, a reordenação do mundo objetivo [...]” (MARTINS, 2007, p. 66).

Diferentemente da leitura emocional e sensorial, o processo do nível racional se caracteriza especialmente por ser exigente, pois a disponibilidade emocional e o processo de identificação se transformam em desprendimento do leitor, em vontade de apreender um processo de criação, de questionamento.

Apesar de organizar a leitura em níveis, Martins (2007, p. 77) ressaltou que esses tipos “são inter-relacionados, senão simultâneos, mesmo sendo um ou outro

privilegiado”, embora exista uma tendência de a leitura sensorial anteceder a emocional, e esta sobrevir à racional, esse processo de desenvolvimento da leitura dependerá do processo de amadurecimento do indivíduo.

2. A LEITURA COMO ELEMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO, A APRENDIZAGEM E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

No senso comum, como mencionado anteriormente, prevalece a compreensão de leitura como prática de decifração, no entanto, a sua aprendizagem está, de fato, associada ao processo de formação integral do indivíduo e proporciona o convívio em sociedade e a atuação como cidadão nas esferas política, econômica e cultural.

Segundo Martins (2007), que nos serve de guia, para os gregos e romanos, a educação se baseava em saber ler e escrever, o que possibilitaria o desenvolvimento de capacidades intelectuais e espirituais, que, por sua vez, permitiria a integração efetiva do cidadão à sociedade, no entanto, a prática de aprendizagem acontecia de forma mecânica:

[...] o aprendizado se baseava em disciplina rígida, por meio de método analítico caracterizado pelo progresso passo a passo: primeiro, decorar o alfabeto; depois, soletrar; por fim, decodificar palavras isoladas, frases, até chegar em textos contínuos. (MARTINS, 2007, p.23).

Para a autora, as coisas hoje não são muito diferentes, embora tenha se passado séculos de civilização, muitos educadores ainda se prendem às práticas formalista e mecânica, de forma que, para a maioria dos educandos, aprender a ler se resume a decorar signos linguísticos.

A leitura está intrinsecamente ligada ao processo de aprendizagem, e pode-se dizer que é elemento fundamental na construção do saber, bem como na formação de crianças, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. É, além de instrumento essencial no processo de aprendizagem, uma atividade poderosa capaz de desenvolver habilidades de criação, imaginação e nova visão de mundo, possibilitando ao leitor estabelecer uma relação entre a sua realidade e a fantasia encontrada nos livros.

Nos anos iniciais, a leitura é instrumento utilizado no processo de ensino-aprendizagem ao longo do letramento, no qual objetiva instruir a criança para interagir em seu meio social. Nesses processos são utilizados sobretudo livros didáticos para esse fim. Martins (2007), defendeu que considerar a dinâmica do processo de aprendizagem da leitura como apenas a interação entre texto e leitor seria reduzir a seu verdadeiro significado. Dessa forma, aprender a ler significa também aprender a ler o mundo e dar sentido a ele e a nós próprios. A função do educador é, então, descrita pela autora como “criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme os seus próprios interesses, necessidades, fantasias, segundo as dúvidas e as exigências que a realidade apresenta” (Martins, 2007, p. 34). Dessa forma, considerar o ato de ler, como prática referente às diversas formas de expressões possíveis inerentes ao ser humano.

Para Smith (1989), a leitura é considerada um processo no qual o leitor participa com uma aptidão que não depende apenas de sua capacidade de decifrar sinais, mas também da capacidade de atribuir sentido a eles, de compreendê-los. Para compreender, é necessário considerar o contexto no qual atua cada indivíduo, incluindo as pessoas de sua convivência que passam a ter influência sobre o desempenho da leitura, pois a noção de texto e sentido é ampliada à medida que a noção de texto não fica restrita ao que está escrito.

Ao trabalhar com a leitura na escola, é importante reconhecer as especificidades e os diferentes grupos etários que constituem os anos iniciais da educação, além de propor objetivos de aprendizagem, levando em consideração o processo de desenvolvimento de cada criança.

A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil descreve em seu texto os objetivos a serem alcançados para com as crianças na etapa de creche, de 1,7 ano a 3,11 anos, contemplando o necessário sobre o que se espera: “demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita)”; e para crianças de 4 a 5,11 anos ao final da etapa de educação infantil e início do Ensino Fundamental: “demonstrar

compreensão da função social da escrita e reconhecer a leitura como fonte de prazer e informação” (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, defende-se que, no âmbito da literatura infantil, a leitura deve atuar, na produção de conhecimento, como algo prazeroso à criança à medida que deixa de ser imposto e passa a ser autoimposto. A prática da leitura de histórias nos primeiros anos, além de ser instrumento de aprendizagem, é recurso que contribui para o estabelecimento de relações, exploração de novos significados e abertura para criação de suas próprias perspectivas de mundo. Assim afirma Soares:

Cada leitura é uma nova escritura de um texto. O ato de criação não estaria, assim, na escrita, mas na leitura, o verdadeiro produtor não seria o autor, mas o leitor. Passamos a reconstruir, por exemplo, quadros complexos, envolvendo personagens, ações, fatos, criamos situações, mundos diversos e particulares, onde cada indivíduo passa ser o mentor da sua própria imaginação. (SOARES apud SILVA, 2006, p. 42-46).

É durante o processo de desenvolvimento da linguagem que a criança, através da leitura e das relações estabelecidas com o mundo físico e intelectual, atribui significados às palavras. As significações, para Vygotsky (2009), não são permanentes, pois à medida que a criança evolui, aquele termo ou palavra sofre modificações sobre a que se refere, logo, defende que o sistema de relações e generalizações contidos numa palavra muda ao longo do desenvolvimento (VYGOTSKY, 2009). É possível que, durante os primeiros anos, seja mais fácil observar esse processo de transformação de significados no desenvolvimento da linguagem. Nessa perspectiva, tanto o vocabulário quanto o conhecimento sobre o mundo crescem rapidamente, a partir da experiência pessoal do leitor.

Para Kleiman (2002), a atividade árida e tortuosa de decifração de palavras, que é chamada de leitura em sala de aula, não tem nada a ver com uma atividade prazerosa capaz de “identificar-se com o apaixonado ou com o místico. É ser um pouco clandestino, é abolir o mundo exterior, deportar-se para uma ficção, abrir o parêntese do imaginário”, como cita Bellenger (apud KLEIMAN, 2002, p. 15). E, de fato, não é leitura, por mais que esteja legitimada pela tradição escolar.

Na perspectiva de processos cognitivos de desenvolvimento, Vygotsky (2009) tratou da importância de levar em consideração o desenvolvimento ontogênico, o processo natural biológico do corpo humano, na perspectiva individual, e articulá-lo com a história e cultura. Para ele, o desenvolvimento da criança se encontra intrinsecamente relacionado à apropriação da cultura. A apropriação da cultura, para o autor, implica a participação ativa da criança na cultura, tornando próprios dela mesma os modos sociais de perceber, sentir, falar, pensar e se relacionar com os outros.

Ao falar sobre experiência pessoal, o autor defendeu a importância dos processos de aprendizagem: para ele a criança está em desenvolvimento desde o seu nascer, mas o que define esse processo de desenvolvimento é a aprendizagem, compreendida como um elemento essencial e universal no processo de desenvolvimento das funções psicológicas, as quais são culturalmente organizadas e exclusivamente humanas. É, no entanto, através dos processos de aprendizagem que acontece o despertar para os processos internos, do contato do indivíduo com certo ambiente cultural. Embasando-se em sua perspectiva, não haveria possibilidade de uma criança se desenvolver através do aprendizado se este não está inserido em seu meio. Desse modo, “o desenvolvimento fica impedido de ocorrer na falta de situações propícias ao aprendizado” (VYGOTSKY, 1988, p. 57).

Essa perspectiva levanta a reflexão sobre a apropriação da cultura e a singularidade de cada contexto. É fato, que, para que haja aquisição de conhecimento entre sujeito e objeto, é necessário que o envolvimento seja íntegro, e que haja, não só por parte do professor, o estímulo ao desenvolvimento dessa competência que é o ato de ler, mas é preciso considerar que ela pode ser instigada e trabalhada para além dos muros da escola, como também compreender que a escola não é o único determinante de aprendizagem da criança e que o processo de aquisição da prática de leitura é fruto da inter-relação das diversas instituições e contextos em que o indivíduo está inserido.

Para Freire (1989), as práticas de linguagem que ocorrem no espaço escolar, nos anos iniciais principalmente, possibilitam uma reflexão sobre a linguagem. E é por meio dessa reflexão que se dá a construção de instrumentos que permitirão às

crianças o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diferentes situações de interação, possibilitando às mesmas o acesso aos saberes linguísticos, extremamente necessários ao exercício da cidadania.

3. A LEITURA PARA A FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL DO INDIVÍDUO

Como descreve Kleiman (2002), foi em decorrência da sociedade burguesa europeia do século XVIII que a prática da leitura se difundiu, tendo em vista a necessidade de as pessoas ascenderem socialmente. No plano cultural, político e econômico, a revolução à época foi marcada pela ênfase na importância da prática da leitura, habilidade até então considerada dispensável, e a promoção de um público de leitores. A partir do século XIX, essas competências se difundiam entre as camadas e se faziam necessárias à medida que a industrialização avançava. A valorização da leitura, portanto, possibilitou que até as camadas mais baixas da sociedade pudessem alcançar a classe e o padrão de vida burguês. A prática da leitura ascendeu, pois era através dela que se adquiria o conhecimento e se expandia o racionalismo, concebidos como alavancas para o progresso e instrumento para contestar os valores que legitimavam o domínio da nobreza.

No Brasil, o processo de valorização da leitura não obteve as mesmas proporções. A implementação de uma política educacional aconteceu de fato depois de 50 anos da independência do país, através de grupos religiosos, ou seja, o plano educacional teve cunho cristão (KLEIMAN, 2002). Conforme a autora, a escolarização não foi uma competência levada a sério no período monárquico, tão pouco pelos governos provinciais, o que denunciava a negligência com a promoção da escolarização. O período republicano foi marcado pelo anseio de mudança, que depois sucumbiu aos interesses dos grupos tradicionais de ordens econômicas e religiosas, com o intuito de manter o sistema e a estrutura de ensino elitista e conservadora. Apesar desse dualismo, os desejos pela transformação não cessaram, e isso se explica pela pressão das minorias desfavorecidas e a necessidade de formação de mão de obra habilitada em meio ao processo de industrialização e modernização do século XX.

Em virtude do exposto, é possível perceber o quão afetada foi a sociedade brasileira devido à tardia concretização de uma política de educação nacional. O modelo de educação elitista permitiu que o acesso à leitura ficasse, por um longo tempo, concentrado nas mãos de grupos sociais que detiam poder, e isso permitiu que os campos político, econômico e cultural fossem moldados de acordo com o pensamento conservador, impossibilitando às minorias a participação e o exercício pleno de cidadania, em busca de uma sociedade democrática.

Para Teixeira (1947), a educação é base da democracia, é condição necessária para a sua existência, e para isso é preciso que a educação seja um supremo dever e prioridade do Estado que atuará como justiça social e oferecerá as oportunidades necessárias para defrontar o mundo, a sociedade e a luta pela vida. Nessa perspectiva, o autor defendeu a escola como um espaço onde os alunos pudessem desenvolver seu pensamento crítico e a capacidade de análise e reflexão sobre a realidade social à sua volta, além de considerar a educação como instrumento para a formação de cidadãos conscientes e participativos, capazes de contribuir com a sociedade democrática. Além disso, para o autor, a escola deve ensinar a pensar, não o que pensar.

A leitura integra, como elemento inerente ao conhecimento, parte da educação como um todo, que está intrinsecamente ligada ao processo de aquisição de saberes. A educação, para Teixeira (1947), não é somente a base da democracia, mas a própria justiça social. Em uma de suas obras, Anísio defendeu que a democracia é, por excelência, um regime social e político difícil e de alto preço. O seu próprio lema de liberdade, igualdade e fraternidade são uma forma condensada dessas dificuldades. Democracia é, para Anísio, um regime de saber e de virtude, como demonstram suas palavras:

A liberdade não é a ausência de restrições, mas autodireção, disciplina compreendida e consentida; a igualdade não é fácil nivelamento mas oportunidade igual de conquistar o poder, o saber e o mérito; e a fraternidade é mais que tudo isso, mais que virtude, mais que saber, é sabedoria, é possuir senso profundo de nossa identidade de destino e de nossa identidade de origem. (TEIXEIRA, 1947, p. 34).

A reflexão acerca da formação do leitor faz emergir situações divergentes que estão em sua base. Para Zilberman (1991), a entidade que assegura a integração a

um governo de participação popular é a escola, e, de acordo com a sua organização, a alfabetização desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem de forma abrangente. Desse modo, é a passagem de indivíduo para leitor que, do ponto de vista individual, oferece o primeiro requisito necessário para a atuação política numa sociedade democrática.

Zilberman (1991), afirmou que, à medida que a cultura da leitura foi implantada na sociedade pela burguesia, o indivíduo tomou consciência de sua atuação na vida política e, desde então, tornou-se democrático. A autora reiterou que a leitura e a educação, em geral, converteram-se num direito inalienável de todo cidadão, independente do segmento social de onde provém, passando a ter um sentido político, abolindo as diferenças entre o âmbito do conhecer e o do fazer. Ainda, defendeu que essa ação cultural se torna uma prática política e transformadora desde a sua contextualização democrática, que traz junto a ela uma orientação democrática que se dilata e se contrai conforme os propósitos dos grupos que recorrem a ela como parte de seus projetos.

A partir de uma percepção sociológica, a leitura é capaz de mudar visões de mundo, possibilitar a reflexão e ação sobre a sociedade e despertar a criticidade e competências, a integração social e a ampliação do vocabulário. É também fundamental para o pensamento crítico, permitindo, à medida que se absorve o conhecimento de mundo, de culturas e de realidades, a reflexão sobre as problemáticas sociais.

A leitura pode ser vista como uma prática social, que possibilita a produção de sentidos e percepções relacionadas à atividade humana, à linguagem e à cultura, capaz de configurar tanto o indivíduo como capaz de estabelecer relações. É possível perceber a necessidade da aquisição da leitura real, aquela não imposta, porém enriquecida e autoimposta, para que assim os leitores sejam capazes de participar da sociedade, na qual estão inseridos, exercendo o direito e o dever de transformação.

Para Freire (1989), a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente associadas. Ele defendeu que, com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua

essencial condição humana. O método que possibilita essa aprendizagem abrange todas as dimensões do ser humano e estabelece os fundamentos de toda pedagogia, desde a alfabetização até os níveis mais avançados da educação universitária. É pelo desenvolvimento da sua consciência que o homem se insere no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e se posiciona na busca de sua afirmação.

É nessa perspectiva do desenvolvimento crítico-social que diversos autores encontram a resposta para as existentes desigualdades sociais e econômicas advindas do processo histórico social brasileiro. Com isso, é possível depreender que o fracasso na leitura pode ser o motivador de tais desigualdades, uma vez que a leitura é, nas perspectivas apresentadas, ferramenta transformadora para a sociedade.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA

Neste tópico, será abordada a questão da educação e das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil, bem como as ideias de Teixeira (1947) acerca da educação para a consolidação da democracia e o destaque para a importância das políticas públicas para a garantia do direito à educação de qualidade. Serão analisados o histórico das políticas de leitura, incluindo o Plano Nacional do Livro e da Leitura, que foi descontinuado após mudanças governamentais, e a criação da Política Nacional de Leitura e Escrita, destacando sua descontinuidade e a desarticulação das políticas de leitura, comprometendo a formação de leitores.

Ao analisar estudos acerca das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil, são encontrados autores, citados ao longo do texto, que analisaram programas do Governo Federal e propuseram a reflexão sobre como a leitura e a informação constituem canais essenciais para a construção de sujeitos políticos, além da análise da promoção de políticas públicas de incentivo à leitura instituídas ao longo dos últimos anos.

Para Teixeira (1947), a educação sempre foi um dos deveres mais relegados do Poder Público, e essa ideia se constitui parte do plano educacional excludente estabelecido de longa data, marcado pela estruturação e manutenção de um projeto

de educação que não atende o que deveria atender em sua mais importante atribuição: uma educação de qualidade para todos. Ao tratar de educação de qualidade, é preciso compreender que sem ela não há espaço para o desenvolvimento. É, pois, nessa linha de raciocínio que, para alinhar os interesses, entre Estado e sociedade, são criadas políticas públicas que permitem (ou deveriam permitir) o direito de todos e de forma equânime à educação.

O Estado deve ser a instituição responsável pela ordem social, dessa forma, apto a realizar política. Mas afinal, o que é verdadeiramente política? Para Ferreira (2006), a política é uma das faculdades mais importantes da sociedade moderna que se guia pelas ações dos políticos, em especial, dos bons políticos que estão convencidos de bons propósitos e têm consciência de suas responsabilidades, capazes de instituir leis que visem à transformação da sociedade e à garantia da igualdade e da dignidade. Em uma mesma perspectiva, considera-se necessária a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do Plano Educacional e para a promoção de igualdade de oportunidades e acesso equitativo à educação de qualidade, visando suprir as demandas e superar os desafios presentes na sociedade em busca da evolução, assim como defendem diversos autores e educadores.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instaurado em 2006, foi criado para instituir diretrizes básicas que assegurassem a democratização do acesso ao livro, o fomento, a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.

Portanto, o PNLL se constituiu uma política de Estado de natureza abrangente e norteadora de programas, políticas e projetos desenvolvidos no âmbito dos ministérios, bem como em governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas e organizações, a fim de evitar o caráter assistemático, fragmentário e pulverizado na implementação dessas políticas.

Após o golpe sofrido por Dilma Rousseff¹, em 2016, com a posse de Michel Temer, ocorreu uma desarticulação de diversas políticas, incluindo a descontinuidade do PNLL. A ruptura de governo impossibilitou a continuidade efetiva do Plano, uma vez que foi articulado pelo MinC e MEC. A ação não foi desenvolvida como o planejado após a extinção do Ministério da Cultura, pois teve, nesse período, a sua atuação reduzida. A falta de um ministério específico para tratar das políticas culturais gerou impacto na prioridade e no investimento dedicados à área da leitura e do livro. Após a repercussão e as críticas contrárias à decisão, o órgão foi recriado em 2017.

Embora o fato de o MinC ter sido extinto e ter gerado incertezas e dificuldades na implementação e manutenção das ações, em 12 de julho de 2018 foi criada a Lei 13.696, onde foi instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), vinculada ao PNLL, como estratégia para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. A política foi implementada pela União, por intermédio do Minc e do MEC, em cooperação com os Estados, Municípios e o Distrito Federal e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas. São diretrizes do documento:

- I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;
- II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;
- III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);
- IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei no 10.753, de 30 de outubro de 2003;
- V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa. (BRASIL, 2018a).

O escopo da proposta é amplo e visa ao desenvolvimento social, econômico e cultural, no entanto, assim como afirmam Peres e Gonçalves (2009) em seu estudo, pode-se dizer que essas políticas ministeriais de leitura têm como característica a descontinuidade, por isso torna-se importante dizer que a desarticulação e interrupção

¹ Dilma Vana Rousseff GCMD é uma economista e política brasileira. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi a 36.^a Presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até 2016.

das políticas de leitura implicam o modelo de política adotado, que tem contribuído para a não formação de leitores e o não alcance das diretrizes abordadas.

Nessa perspectiva, as autoras Peres e Gonçalves (2009) indicam que muitas articulações, assim como reestruturação do grupo diretivo do Plano, devem ser analisadas. Em 2019, através do Decreto n. 9.930, o governo em exercício alterou a estrutura referente ao PNLL, definindo em seu texto a coordenação pelo Ministério da Cidadania e pelo MEC, atribuindo sua administração ao Conselho Diretivo e à Coordenação Executiva, revogando a sua cooperação com Conselho Consultivo, composto por membros do Colegiado Setorial, este referente à área de literatura, livro e leitura, instituído no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, nos termos do § 4º do art. 12 do Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005.

O Conselho Consultivo do PNLL, hoje extinto, tinha atribuição de atuar na formulação de diretrizes e recomendações para o desenvolvimento de políticas públicas na área do livro e da leitura, além de contribuir para a articulação de ações entre os diferentes atores envolvidos no setor. Era composto por membros do Colegiado Setorial de Literatura, Livro, Leitura e Bibliotecas (CSLLL), do CNPC, que também sofreu mudanças recentemente (Decreto n. 9.891/2019). Essas decisões acabaram por limitar a participação da sociedade civil, uma vez que tinha em seu corpo representantes da sociedade civil ligados ao livro e a leitura.

Marques Neto² afirmou que a medida tomada reafirmou a repulsa do então chefe de Estado à participação da sociedade civil nos processos decisórios do governo, pois, de acordo com ele, o Conselho Consultivo era vínculo mais direto e crítico da direção do PNLL com a sociedade civil (O QUE..., 2019). Para Neto, as mudanças afetam o órgão vital do Plano, responsável por dar voz à sociedade. Também defendeu que as entende como uma lógica autoritária e excludente dominante em todas as ações do governo, promovendo a elitização da política.

² Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/jos%C3%A9-castilho-marques-neto-29ab121aa>. Acesso em: 27 maio 2023.

É possível observar que essa desmobilização e despreensão com o PNLL aconteceu não só no governo Temer, mas também no subsequente, que acabou afetando diversas ações educacionais, como a PNLE, uma das frentes de atuação para alcançar os objetivos e metas estabelecidos no Plano. Outras decisões foram observadas durante o governo Bolsonaro que contribuíram para a fragmentação do plano existente. Foram realizadas diversas mudanças estruturais nos órgãos e ministérios responsáveis pela cultura e educação, a começar pela diluição do MinC. A reestruturação ministerial realizada pelo governo transferiu as responsabilidades do MinC ao Ministério da Cidadania, que tempo depois foram incorporadas ao Ministério do Turismo, através do Decreto n. 10.107, de 6 de novembro de 2019.

Essa reorganização gerou descontinuidade e, assim como no governo Temer, essa descontinuidade tem promovido incertezas e dificuldades na implementação e manutenção das ações previstas no PNLL. Assim como diversos autores defendem, a falta de uma estrutura governamental dedicada exclusivamente à cultura e à promoção da leitura são fatores que contribuem para a diminuição de recursos e de apoio institucional para o desenvolvimento de projetos relacionados à leitura e escrita no país.

É, portanto, descabido afirmar que o Estado tem se mostrado preocupado com o andamento do PNLL ou com políticas de âmbito educacional, considerando que o Plano Nacional do Livro e Leitura foi um grande feito estabelecido pelo Governo e, ainda assim, é tratado de forma desmazelada, revelando a falta de intencionalidade que denuncia certa incapacidade em formular e implantar políticas mais consistentes e eficazes.

Apesar de o Plano propor grandes feitos, como a democratização do acesso ao livro, a formação de mediadores para o incentivo à leitura, a valorização da leitura e o incremento de seu valor simbólico e o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional, as ações foram descontinuadas, confirmando, assim, o pensamento de Teixeira (1947) sobre a educação ser um dos deveres mais relegados e menos sérios do Poder Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discorreu sobre a leitura a partir de perspectivas que a conceituaram como prática emancipadora, capaz de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo, para o convívio social e a atuação política.

Reafirmou a ideia de que é, portanto, fundamental ampliar a visão tradicional e reconhecer que a leitura desempenha um papel crucial no processo de aprendizagem, construção do conhecimento e formação das crianças, pois, trata-se não apenas de uma habilidade individual, mas de uma prática social que permite a produção de sentidos e percepções. Ela está intrinsecamente relacionada à linguagem, à cultura e ao desenvolvimento crítico.

No decurso do estudo, é possível refletir acerca da importância da leitura, como instrumento para a educação, que é por vezes negligenciada pelo Estado, como o que ocorreu com o Plano Nacional do Livro e Leitura, que foi fundamental para promover o acesso democrático ao livro, a valorização da leitura e o desenvolvimento da economia do livro, entretanto, a descontinuidade e desarticulação das políticas prejudicou a formação de leitores e a garantia de educação de qualidade.

É possível, portanto, refletir sobre a importância da participação da sociedade civil para o sucesso dessas políticas, uma vez que dão voz aos reais interesses das classes em geral, assim como é necessário um comprometimento real do Estado em formular e implantar políticas mais consistentes e eficazes para incentivar a leitura, de forma que os princípios e as diretrizes descritas nos planos educacionais sejam integralmente efetivados. Isso requer o reconhecimento da importância da leitura como um direito, para garantir a sua valorização como prática social.

REFERÊNCIAS

BELLENGER, L. **Os métodos de leitura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BRASIL. **Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. **Decreto n. 9.930, de 23 de julho de 2019**. Altera o Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9930.htm#art1. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: Presidência da República, 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno do PNLL**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/pnll/arquivos/caderno-pnll.pdf>. Acesso em: 27 maio de 2023.

BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**, São Paulo, v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela/revela026/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

ENS, Romilda Teodora *et al.* Programas de leitura: ações políticas, contradições, fragilidades e silenciamentos. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 204-223, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/. Acesso em: 27 maio 2023.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ago. 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**. Teoria e prática. 8 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

O QUE de fato mudou no PNLL com o fim do seu conselho consultivo. **Biblioo**, [s. l.], 25 jul. 2019. Disponível em: <https://biblioo.info/o-que-de-fato-mudou-no-pnll-com-o-fim-do-seu-conselho-consultivo/>. Acesso em: 27 maio 2023.

PERES, Selma Martines; GONÇALVES, Ana Maria. **Políticas de incentivo à leitura e livro**: interfaces dos programas adotados no Brasil a partir da década de 1990. [s. l.: s. n.], 2009.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura**: uma análise psicolingüística da leitura e do aprender a ler. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1989.

SILVA, Klyvia Larissa de Andrade. Formar leitores: um desafio da escola. **Revista ABC Educatio**, São Paulo, p. 42-46, 2006.

SOUSA, Maria Eliane Vieira. **A importância da leitura e escrita na perspectiva da alfabetização e do letramento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1774/1/MEVS12122016>. Acesso em: 23 maio 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **Autonomia para a educação**. Anísio em movimento. Brasília, DF: Senado Federal, 1947. p. 33-49.

VYGOTSKY, Lev S. **Imaginação e criação na infância**. Ensaio psicológico – Livro para professores. São Paulo: Editora Ática, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991.